

Histórias de paisagens: A natureza verde e o surgimento das vilas e cidades no Brasil colonial

*History of landscapes: green nature and the
emergence of towns and cities in
colonial Brasil*

Maria Angélica da Silva*

Abstract

Colonial villages and cities appear in Brazil in the presence of vast and lush nature. They are fortified places, port and fort gazing at an immense wilderness that was gradually conquered. The proposal of this article is to analyse the purposes of the design of 16th and 17th century villages and cities located on the north-eastern, discussing the formation of a mentality concerning the new territory.

Keywords: colonial urbanism - construction of the Brazilian territory - wilderness

Resumo

As vilas e cidades coloniais no Brasil surgem perante vasta e exuberante natureza. São locais fortificados, porto e marinha mirando uma extensão imensa de florestas que gradativamente vão sendo conquistadas. Propõe-se analisar os pressupostos do desenho de vilas e cidades dos séculos XVI e XVII, localizadas na costa nordestina, indagando sobre a formação de uma mentalidade relativa ao novo território.

Palavras-chave: urbanismo colonial - construção territorial brasileira - floresta

A floresta no contexto das viagens ultramarinas

Em 1500, o que será o país Brasil ainda é um vasto território coberto de vegetação nativa. Resta-nos a Carta de Caminha como precioso registro do olhar surpreso do português colonizador pe-

* Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas. Doutora em História Social pela Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Este artigo apresenta conclusões parciais da pesquisa "Estudos da Paisagem", desenvolvida através de Projeto Integrado (UFAL/UFF), com o apoio do CNPq e FAPEAL, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas. mas@fapeal.br

rante a cena vegetal. A temperatura morna, a floresta intocada e seus habitantes que desconhecem a vergonha da nudez, são evidências de que a descoberta daquela terra representava mais que uma nova conquista mas também trazia uma novidade para a longa busca, que percorre todo o período medieval, sobre uma possível ancoragem geográfica para as terras do Paraíso.¹

As vilas e cidades coloniais no Brasil surgem perante este cenário e este desejo esboçado de alcançar o Éden. Mas desde as viagens rumo ao reino de Preste João, sabia-se dos riscos envolvidos nesta empreitada. Territórios desconhecidos como a floresta, o deserto, a ilha, sempre foram regiões propícias para a morada dos mitos. Fontes da vida mas ao mesmo tempo esconderijo de seres catalogados na *mirabilia* medieval, o acesso a estas paragens sempre significou acessar as fimbrias de um mundo misterioso.

Portanto, no início das explorações da colônia portuguesa na América, as ocupações do território alinham-se em longa e estreita faixa litorânea, como um tênue limite entre duas grandes vastidões – o Mar Tenebroso, recentemente conquistado, e a floresta tropical. A mata Atlântica que cobre expressiva faixa das terras inicialmente ocupadas vão constituir uma experiência particular para aqueles homens. Em grande parte da Europa, na altura dos Quinhentos, as coberturas vegetais das terras já haviam sido totalmente transformadas. No século XIV florestas nativas já haviam praticamente desaparecido na Itália. Na Inglaterra, nos tempos de Robin Hood, eram constantes os conflitos pela necessidade da lenha, o que demonstra a importância econômica das reservas florestais. Para os contemporâneos de Shakespeare a floresta como lembrança da Arcádia era simples fantasia já que àquela altura fora convertida em sua maior parte, em pasto e terras aráveis.² A própria denominação “floresta”, no francês, parece evocar um termo jurídico. “*Forum*” remete a um tribunal conduzido pelo rei. Na verdade, ao final da Idade Média, a palavra floresta designa simplesmente uma reserva de caça destinada aos nobres.³ Na Inglaterra, o antigo termo “*Silva*” ou “*Sautus*” é substituído por “floresta”, provavelmente derivado de “*foris*” que significa “de fora”. A palavra remete a um tipo particular de administração a qual estavam submetidas grandes extensões “florestais” do país, colocadas fora da *commom law*, que na prática, compreendiam áreas de pastagem, fazendas e até mesmo cidades.⁴

¹ Sobre este tema, ver HOLANDA, Sérgio Buarque, *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, São Paulo, Editora Nacional, 1969. Ainda sobre este assunto mas abordando o contexto geral da América, ver GIUCCI, Guillermo, *Viajantes do Maravilhoso – o Novo Mundo*, São Paulo: Cia das Letras, 1992.

² SHAMA, Simon, *Landscape and Memory*, Bath, HarperCollins Publishers, 1995, p. 154 e 142.

³ ZUMTHOR, Paul, *La mesure du monde*, Paris, Editions du Seuil, 1993, p.66.

⁴ SHAMA, *Op. Cit.*, 1995, p. 144.

Em Portugal a situação não é muito diferente. No século XV, além do solo já aproveitado para o cultivo, haviam áreas de florestas, brenhas e charnecas. As florestas compunham-se de nogueiras, amieiros, álamos, freixos, pinheiros, sobreiros, mas também de oliveiras e figueiras, estas cultivadas. Os matos recebiam denominações particulares – giestais, tojais, carrascais – e muitas vezes eram restos de antigos bosques explorados a tal ponto que se degradaram. Durante a Idade Média eram mantidos espaços livres de cultivo, abertos para o uso comum. Estas áreas classificavam-se em três categorias: os bens dos concelhos, os maninhos e os baldios, todos com origem em uma organização comunitária da propriedade, que na verdade, remonta a tempos anteriores à ocupação pelos romanos na península.

Com a pressão demográfica tornando-se mais aguda nos meados do século XV e no correr do século XVI, estas terras foram sendo desapropriadas, a começar pelas concelhias e terras senhoriais. À mesma época, multiplicaram-se os desmatamentos das florestas para ampliar os espaços para a agricultura a ponto do rei D. Sebastião, em 1565, iniciar um plano de reflorestamento do território. Por sua ordem, todas as câmaras deveriam plantar nos baldios dos seus termos, pinheiros, castanheiras, carvalhos. Algumas áreas foram conquistadas das brenhas e pântanos para serem utilizadas para a cultura de cereais.⁵

A experiência da floresta chega no contexto português dos quinhentos sob esta ameaça, com o desbravamento de extensas áreas, a regularização do curso dos rios, buscando-se conquistar novos espaços para uso agrícola e para obtenção de madeira e de carvão. Nesta época, a denominada “Lei das Sesmarias” que previa que terras não cultivadas fossem expropriadas, acabou por afetar os terrenos incultos mas de uso comum. As Ordenações Manuelinas não barraram este processo, que continuou vigente até o tempo dos Filipes, quando então os reis resolvem vender bens territoriais da própria Coroa, ampliando as investidas sobre áreas anteriormente mantidas incultivadas.⁶

A vastidão das terras, a singularidade da vegetação encontrada na colônia portuguesa na América não fizeram com que os colonizadores demonstrassem, no geral, um apreço pela floresta. As evidências maiores indicam um temor à paisagem. As exceções são poucas como, por exemplo, a atitude do donatário Duarte Coelho em terras da Nova Lusitânia e do conde João Maurício de Nassau. O primeiro, em carta de 1546, solicita ao rei a suspensão do corte do pau brasil numa faixa de quarenta léguas no litoral, de forma a amenizar a derrubada indiscriminada das matas.⁷ Quase cem anos mais

⁵ Sobre este tema, ver DIAS, João José Alves (coord), *Portugal do Renascimento à crise Dinástica*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, especialmente os capítulos 3 e 4.

⁶ *Idem, ibidem*, p. 86.

⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves & ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier (org), *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco/ Ed. Massangana, 1997, p. 104.

tarde, durante a dominação holandesa, Maurício de Nassau lança medidas de proteção das matas nos arredores de Recife, que forneciam madeira de construção. Além disto, planta pioneiramente na Ilha de Antônio Vaz, Maurícia, a primeira cidade-jardim da América. No seu parque, destacam-se renques de coqueiros transplantados, além de laranjeiras, limoeiros, figueiras etc.⁸

Vilas e cidades na colônia Portuguesa na América

Vilas e cidades são, no seu início, locais fortificados, porto e marinha, mirando a extensão imensa das terras desconhecidas que lentamente vão sendo vencidas pela exploração econômica dos seus recursos naturais e pela povoação. Por isto, ao molde das cidades medievais, as primeiras vilas e cidades coloniais no Brasil cercam-se por paliçadas ou até mesmo por muralhas e mantêm fortes dentro do seu próprio sítio ou nas imediações. A iconografia de época, basicamente holandesa, deixa o registro de vilas e cidades fortificadas como Salvador, São Francisco do Penedo, Filipéia de Nossa Senhora das Neves, Nossa Senhora da Conceição de Itamaracá e muitas outras.⁹ Distâncias para a demarcação urbana eram estabelecidas a tiro de mosquete.

Portanto, o momento da gênese das vilas e cidades coloniais remete à idéia de paisagens em processo de formação. Em momentos onde a cidade e fortaleza se confundem. Trata de um tempo inicial quando, mais do que o desejo de fundar vilas e cidades, os colonizadores mobilizam-se ainda para garantir a posse das terras. Permanecem em constante vigilância pois, de fora, há a ameaça dos invasores europeus, vinda do mar. E do interior das terras, há o temor da mata e seus habitantes. O fogo é a arma do desprotegido, a mata, o inimigo. A natureza se combate não apenas com o fogo - *vermelho contra o verde*¹⁰ -, mas principalmente aproveitando da perspicácia dos nativos para adentrar-lhe as entranhas. As trilhas, conhecidas apenas deles, são fios de Ariadne, soltos na imensa vastidão da cena tropical, lugar de uma primavera eterna mas também do desconhecido.

⁸ Ver BARLEU, Gaspar, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1974, p. 151.

⁹ Na verdade, a pesquisa a que se refere este presente artigo baseia-se em um estudo iconográfico bastante aprofundado. As fontes utilizadas vem sendo consultadas em livros, como o imprescindível acervo iconográfico apresentado por Nestor Goulart Reis em *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, São Paulo, EDUSP, 2000, mas não se dispensa a busca em arquivos e a consulta aos originais que vem sendo realizadas no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Mapoteca do Itamarati, Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca Nacional de Lisboa, Algemeen Rijksarchief em Haia e outros. Foram consultados os originais de Albemaz, Barleus, Vingboons, Keulen, Nicolas Voogt etc.

¹⁰ Devo esta expressão a Nicolau Sevckenko, tema da sua conferência "O front brasileiro na Guerra Verde: vegetais, colonialismo e cultura". Seminário *Brasil dos Viajantes*, São Paulo, nov. 1994.

O que havia de mais avançado das técnicas marítimas permitiu o encontro ou a "descoberta" do mais primitivo dos cenários, a provocar um conflito na ordem dos saberes, a desclassificar os clássicos mas ao mesmo tempo contradizendo o discurso vitorioso dos navegadores, que acabam por atingir terras edênicas onde justamente o trabalho e a ciência ocidental parecem imprestáveis.

Mas urge que as povoações apareçam. Nesta tarefa, utilizam-se as ferramentas de indagação do mar e dos céus, que ajudam no conhecimento cartográfico para contornar as montanhas e verificar as condições de navegabilidade dos rios. Instrumentos da navegação náutica como o quadrante, usado para observar a altura do sol e da estrela Polar, o astrolábio e a agulha de marear são empregados nas operações trigonométricas para a medida de alturas e distâncias no traçado urbano e arquitetônico.

Desta forma, a ocupação dos territórios nestes primeiros séculos vai ocorrendo lentamente e fazendo-se por duas frentes – São Vicente e Pernambuco. Dentre estas duas, a capitania de Pernambuco conhecerá desenvolvimento mais expressivo. Pouco tempo depois, o fortalecimento da capitania da Bahia com a criação da cidade de Salvador fará com que as duas frentes tornem-se três. Através da capitania de São Vicente a ocupação dirige-se para o litoral de Angra dos Reis e, no sentido oposto, vai a São Francisco do Sul até o rumo de Laguna. Incursiona também pela bacia do rio da Prata através das bandeiras que dirigem-se rumo ao sertão. Pernambuco mantém posição vantajosa até os tempos das guerras com os holandeses. Busca o rio São Francisco mas fica em uma de suas margens e não ultrapassa os limites impostos por Paulo Afonso. Para o norte, ocupa até os ramos da Paraíba e no sentido do interior das terras, chega até ao Piauí. A capitania da Bahia busca o rio São Francisco e vai povoando para além de Paulo Afonso. Dirige-se ao Piauí mas também acompanha o rumo do rio Paraguaçu.¹¹

Na ocupação da capitania da Bahia, o gado será de fundamental importância. Trazido nos navios, durante o governo de Tomé de Souza, será essencial no povoamento. Com a rigidez dos corpos, vencem, especialmente na região dos atuais estados da Bahia e Sergipe, os rigores do sertão, percorrendo o leito seco dos rios e perfurando veredas na caatinga.¹²

Portanto, para permanecer nas terras, portugueses, auxiliados pelos nativos e depois pelos africanos, empenham-se para dominar as forças do lugar. Embora socialmente e economicamente diferenci-

¹¹ As rotas de povoamento são indicadas por ABRELL, Capistrano, *Caminhos Antigos e Povoamento no Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria Briguier, 1960, capítulo 4.

¹² *Idem, ibidem*, p.99. Ver também, sobre o papel do gado, ANDRADE, Manuel Correia de, *A questão do território no Brasil*, São Paulo/Recife, Editora Hucitec, 1995, cap. 2 e 3.

ados, faz-se necessário para colonizadores, colonos e colonizados¹³ atuarem em conjunto e exercerem um ato de criação: para todos, a vila ou cidade nos trópicos americanos é um fato novo que apenas surge com o esforço conjunto e através do embate com as possibilidades concretas do local.

Mas ao mesmo tempo, dentro dos jogos das temporalidades, estes homens trazem dentro de si a memória de muitos outros lugares, seja da cidade natal, seja da oca, lugares reais mas também lugares apenas visitados pela imaginação, que consorciam-se no gesto de iniciar a implantação dos primeiros núcleos. A história da formação territorial brasileira não prescinde desta visão construída não só pelo fogo, pela pedra e pela cal mas também por componentes advindos da imaginação, mitos medievais e seres fantásticos que integram o discurso do colonizador e o culto da natureza, compartilhado pelos africanos e pelos nativos, embora dentro de concepções totalmente diversas.

Mas realizar a cidade é contrapor-se a esta cena natural e mitológica, as vezes infernal, as vezes edênica. Há uma dimensão heróica na construção do país Brasil, a começar nesta lenta ocupação dos espaços no tempo colonial. Longa busca de um interior bruto e indomável, sempre alocado mais distante. Confeccionar a paisagem urbana significa colocar em diálogo arquitetura e meio natural. Há de se vencer a mata mas, ao mesmo tempo, é dela que se tira a matéria construtiva das vilas e cidades que são realizadas com a pedra, a terra e as árvores. A cal está sendo experimentada em Lisboa durante os quinhentos e também será usada nas construções coloniais.¹⁴

A polêmica sobre o desenho das vilas e cidades

Tratando-se da distinção entre as colônias espanholas e as portuguesas, sobre estas últimas, por um longo tempo, sustentou-se o argumento de que os dados da natureza sobrepuseram-se a qualquer outro fator. No trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, encontra-se a célebre referência que compara os colonizadores portugueses e espanhóis a semeadores e a ladrilhadors, respectivamente:

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua

¹³ Adotamos esta divisão tripartite apresentada em MATTOS, Ilmar Rohloff de, *O tempo de Saquarema*, Rio de Janeiro, Aceso, 1994.

¹⁴ Sobre o uso da cal em Portugal quinhentista ver CARITA, Helder, *Lisboa Manuelina e a formação da moldura urbanística da época moderna* Lisboa Livros Horizonte 1999 p. 157

silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre este significativo abandono que exprime a palavra 'desleixo' – palavra que os escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como 'saudade' e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que 'não vale a pena'. (...) A ordem que [a cidade colonial portuguesa] aceita não é a que compõem os homens com trabalho, mas a que fazem com desleixo e certa liberdade; a ordem do sementeiro, não a do ladrilhador.¹⁵

Os ensaios de Sérgio Buarque, que consolidam a idéia de um urbanismo colonial desleixado serão refutados, acatados ou matizados por vários críticos que lhe seguiram. Nestor Goulart Reis Filho por exemplo, será um dos nomes que continuaram a busca pelo entendimento do momento colonial tendo na obra de Sérgio Buarque um dos pontos de partida. Seu livro *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana no Brasil – 1500 / 1720* foi elaborado como tese para o concurso de livre docência da Cadeira de História da Arquitetura III da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em 1964. Da banca participaram grandes nomes da História Urbana como Paulo F. Santos e Aroldo de Azevedo e também o próprio Sérgio Buarque de Holanda. Portanto, 28 anos após o lançamento de *Raízes do Brasil*, parte de suas idéias são revistas pelo argumento do pesquisador que defende a tese de que o urbanismo português no Brasil é obra da razão. Preocupado essencialmente em tratar a cidade como fato urbano, Nestor Goulart alinha política de colonização e o surgimento das vilas e cidades. Colocando-se contra “um excesso de unidade para séculos de história”¹⁶ argumenta a favor da necessidade de distinguir as manifestações urbanas na sua diversidade regional, e discute sua posição com relação ao ponto de vista de Sérgio Buarque:

Os poucos autores que se haviam ocupado dos problemas urbanos no Brasil, em sua maior parte situavam a formação e evolução urbanas, nos primeiros séculos, como obras do acaso. Contudo, a regularidade em que certos elementos se repetem em nossas vilas e cidades, em condições determinadas, exigia, pelo menos, que se abandonasse a idéia de um fenômeno aleatório e forçava a aceitação, também para as formações brasileiras, de algumas formas de condicionamento.¹⁷

Nestor Goulart escreve uma história fundada nos ciclos econômicos e nos imperativos da organização político-administrativa da colônia. Na sua história, domina um português que participa efetiva-

¹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1989, p. 76 e 82.

¹⁶ REIS FILHO, Nestor Goulart, *Contribuição ao estudo da Evolução Urbana no Brasil 1500-1720*, São Paulo, EDUSP, 1968, p. 16.

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 16.

mente do mundo renascentista, principalmente através da figura do engenheiro militar. Porém o que se pode notar é que, seu argumento a favor da regularidade, bem fundamentado no caso dos projetos para a cidade de Salvador (1549), efetiva-se plenamente apenas no século XVIII.¹⁸ Na recente exposição "*Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*", um dos eventos comemorativos dos quinhentos anos do Brasil, Nestor reúne no prédio do MASP, desenhos, mapas, livros e objetos coletados em quase quarenta anos de trabalho, que mostram as evidências de um Brasil urbano que conheceu as práticas do ladrilhador.¹⁹ Porém, expressiva parte da exposição remete-se ao contexto do século XVIII.

Atualmente, nova frente de trabalhos vêm enriquecer as reflexões sobre a história das cidades, advindos, desta vez, de Portugal. É o caso da linha editorial da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP) que disponibilizou ao público uma extensa produção bibliográfica, incluindo a reedição de fontes primárias e livros raros. Apesar dos próprios autores portugueses reconhecerem que este um é campo de saber ainda pouco desenvolvido em Portugal,²⁰ atualmente os estudos têm migrado da simples história local, típica da historiografia do século XIX, para reflexões mais amplas, que incorporam evidentemente o urbanismo colonial. Pela extensão do império português, este esforço deve englobar grande extensão do planeta, incluindo África, Brasil, Índia e Extremo Oriente, o que torna difícil a tarefa mas, ao mesmo tempo, mais fascinante.

Dentro destes trabalhos mais recentes, encontramos no livro de Manuel Teixeira e Margarida Valla.²¹ Para estes autores, mais atentos a uma história de Portugal que migra de um contexto feudal para o mundo renascentista, os traçados irregulares das primeiras cidades do Brasil prolongariam a tradição urbana vernácula própria da península. De responsabilidade dos donatários, as vilas surgiriam sem preocupações de geometrização. A própria escolha de sítios altos, prefe-

¹⁸ Esta hipótese, para este horizonte temporal, encontra grande reforço no trabalho de DELSON, Roberta Marx, *Novas vilas para o Brasil-Colônia - planejamento espacial e social no século XVII*, Brasília, Ed. Alva, 1997.

¹⁹ Ver seus trabalhos mais recentes como o já citado *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*, e seu artigo "As principais vilas e cidades no Brasil - importância da vida urbana colonial", in *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, n. 41, jan/mar. 2000, p. 60 a 67.

²⁰ "Apesar da sua cultura urbana bastante rica, a história da cidade é um campo de estudo pouco desenvolvido em Portugal. A história urbana portuguesa apresenta um atraso de anos relativamente a historiografias europeias ou americanas. O quadro de conhecimentos é ainda muito fragmentado, existem inúmeros vazios por preencher e é, provavelmente, prematuro tentar identificar minuciosamente as diferentes ênfases, novas direcções ou tendências na história urbana portuguesa." TEIXEIRA, Manuel C, "A História Urbana em Portugal: desenvolvimentos recentes" in CARITA, Helder & ARAÚJO, Renta (org), *Universo Urbanístico Português - 1415-1822, Coleção de Estudos*, Lisboa, CNCDP, 1998, p. 549.

²¹ TEIXEIRA, Manuel C. & VALLA, Margarida, *O Urbanismo Português - séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

rencialmente em cumes de montes – como é o caso de Olinda, Santa Maria Madalena de Alagoa do Sul e Penedo do Rio São Francisco – propiciariam condições para este desenho informal que levou Sérgio Buarque a criar a metáfora do semeador. Embora não ortogonais, estes desenhos apontam para uma lógica bastante pragmática.

Acrescentam os autores que, além da cidade informal, surgiram em território luso, particularmente sob os auspícios da Coroa, cidades planejadas já nos finais do período medieval. Com a reconquista e repovoamento dos territórios conquistados aos mouros, desenvolve-se em Portugal um traçado urbano comprometido com a regularidade. É o caso de Viana do Castelo, Monsaraz, etc. Esta tradição, na verdade, nunca teria se interrompido verdadeiramente desde a Antiguidade Clássica. Se a cidade portuguesa não apresenta traçados em quadrícula ou praças, já no contexto acima referido, os quarteirões estruturam-se em uma forma retangular alongada, constituindo-se por estreitos lotes paralelos e orientados no mesmo sentido, com uma frente para a rua principal e outra para a rua traseira. A regularidade também atinge a arquitetura, na semelhança entre fachadas. Apenas depois, esta regularidade será baseada nos modelos teóricos das cidades ideais renascentistas.

Se há uma tendência para a regularização sentida em Portugal no final da Idade Média, com o reinado de D. Manuel reforça-se o movimento a seu favor, trazendo à pauta novamente a questão da transição de modelos, com a clara abertura da renovação urbana para os princípios renascentistas. Mas, neste caso, Portugal não ocuparia lugar secundário, apenas guiando-se pelos acontecimentos na Itália. Chama a atenção, no caso português, a ocorrência de um tipo de Renascimento bastante peculiar, que não se vincula estritamente ao Humanismo. Baseia-se na matematização do real, em uma mentalidade aritmética que toma a razão como fundamento da experiência sensorial.²² Voltando a Sérgio Buarque, não se nega o caráter prático deste Renascimento que se baseia na experiência como meio de conhecimento, mas, com os novos estudos sobre este fato, ampliam-se as bases de consideração da importância e da peculiaridade portuguesa no contexto renascentista.

Esta discussão interessa diretamente ao tema deste artigo à medida em que diversos saberes estão acoplados naquele sistema matemático. A astrologia, a astronomia, a cartografia, as ciências náuticas, a arquitetura e o urbanismo aproximam-se e são adestrados sob essa ótica. A título de exemplo, Pedro Nunes, cientista ligado às ciências náuticas, estudioso da obra de Ptolomeu e renovador da ciência cartográfica em Portugal, será incumbido por D. João III da tradução do livro *De architectura* de Vitruvius, entre 1537 e 1541.

²² CARITA, *Op. cit.*, 1999, capítulo VII.

No bojo da evolução destes saberes, ocorrem os grandes eventos urbanos do período manuelino. É prova de modernidade por exemplo, o surgimento da rua como elemento significativo da vida urbana, deixando a conotação medieval de simples caminho e adotando desenho regular.

As reformas no Terreiro do Paço e o surgimento do Bairro Alto, ambos em Lisboa, mostram a extensão deste processo de mudança. Talvez em uma experiência precursora à própria monumentalização de Roma no período barroco, Portugal, que se tomara estado prematuramente em relação às outras partes da Europa, já realizaria sua experiência de construir a cidade-capital no contexto dos quinhentos.²³ Há um reconhecimento do valor identitário do monumento e a necessidade de redesenhar a paisagem em função dos mesmos. No caso, a grande praça perspectiva-se em direção ao Tejo, como a buscar o mar.

Carita situa na documentação de época, as referências à produção de uma arquitetura "yqual", o que significava não uma obra igual a outra mas a intenção de se produzir uma arquitetura serial ou de programa,²⁴ onde as casas deveriam "cordear" ou seja, alinharem-se em uma frente contínua²⁵ e deveriam estar no "compasso", termo que indica uma aproximação das ciências náuticas e da matemática ao urbanismo.²⁶

É interessante notar que estes aspectos levantados por Helder Carita vão caracterizar as primeiras vilas e cidades no Brasil. Mesmo as cidades de desenho orgânico organizam-se em longos arruados de fachadas praticamente iguais. O próprio autor, em artigo que escreve juntamente com Rui Carita, menciona uma conformação em rede, onde o Funchal, Lisboa e Salvador estariam em conexão no sentido de testar alternativas de modernização urbana.²⁷ Mais que simples participante, a colônia americana oferece condições diferenciadas para o teste de novos modelos urbanos.

É no entanto no Brasil que é possível observar de uma forma bastante clara, através dos planos de diferentes cidades, a evolução dos traçados urbanos regulares ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, e a progressiva estruturação de uma prática e de uma implícita teoria urbanística portuguesa, cada vez mais afastada da experiência urbanística medieval e mais próxima da teoria renascentista.²⁸

²³ Sobre o conceito de capital ver ARGAN, Giulio Carlo, *L'Europe des Capitales*, Geneve, Skira, 1964.

²⁴ CARITA, Helder, *Op. Cit.*, 1999, p. 170.

²⁵ *Idem, Ibidem*, p. 171.

²⁶ *Idem, Ibidem*, p. 149-150.

²⁷ CARITA, Rui & CARITA, Helder, "Modelos, instituições e personagens. A urbanização do espaço atlântico nos séculos XV e XVI", in *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, n. 41, jan/mar 2000, p. 174-190.

²⁸ CARITA, Helder, *Op. Cit.*, 1999, p. 217.

Extrapolando o caso de Salvador que mereceu uma atenção privilegiada da Coroa, pode-se utilizar o mesmo argumento para várias vilas e cidades que surgem nos primeiros séculos. Apesar de não terem a importância da capital, contam a seu favor, com o terreno limpo, uma vastidão de terras que permite que as soluções mais abertas, típicas dos modelos mencionados nos tratados renascentistas, possam ocorrer sem embargo. Se refazer Lisboa significa destruir velhos tecidos, desmanchar a trama apertada típica do urbanismo mouro, na colônia americana, embora existam as aldeias dos nativos e a resistência da mata, o território amplo permite a experimentação. Surgem com facilidade as praças, pouco familiares à experiência portuguesa até os quinhentos, ruas alongadas e grandes quintais. Estes mantêm o formato medieval e distanciam-se das medidas modernizadoras adotadas na metrópole. Em Lisboa, a partir de D. Manuel, há uma política de adoção do lote reduzido, desnecessária nos trópicos.

O desenho, regular ou não, pressupõe áreas internas aos lotes, onde os quintais reúnem-se provocando o aparecimento de grandes manchas verdes no interior das vilas e cidades. Mas o acesso da mata à cidade termina aí. Praças normalmente carecem de vegetação e o solo limpo permite a realização de festas e outros acontecimentos públicos.

Se levamos em conta que as reformas em Portugal, apesar da especificidade do Renascimento Português, não deixam de manter vínculos explícitos com o contexto italiano, pode-se pensar nos modelos da cidade ideal, que estão sendo discutidos calorosamente nos circuitos humanistas em Roma, Florença e outras importantes cidades, migrando para as longínquas terras da colônia portuguesa. Não se trata do modelo de cidade ideal acabado, mas da defesa de uma postura com relação ao desenho que pretende, através da forma regular e alinhada, realizar sociedades mais perfeitas. Novamente, entra em pauta uma outra estratégia para alcançar o Paraíso Terreal, com a diferença que, agora, a empreitada incorpora o trabalho humano.

Se nos trabalhos sobre vilas e cidades coloniais aceita-se como fundamental um estudo pormenorizado sobre Salvador e outras aglomerados significativos, acredita-se ser importante também observar um conjunto de lugares menos estudados e que, por vezes, mantêm, com mais vivacidade, a expressão dos antigos tempos coloniais. Por terem permanecidos "esquecidos", muitas vezes guardam as marcas de um mundo guiado pelo sensorial, e por uma outra postura com relação ao valor da paisagem verde. Estes dados interessam já que tornam a experiência urbana mais próxima de um outro estado das palavras e das coisas, anteriores ao mundo aberto pelo Renascimento.

Entende-se que o tempo das descobertas marca um momento de inflexão na cultura ocidental, quando uma realidade, presa às

carnes do mundo, agora busca libertar-se delas. Apesar do Cristianismo, o período medieval foi capaz de manter vivas as manifestações das mitologias, dos bestiários e das maravilhas. Mas, nos séculos XVI e XVII, os procederes renascentistas abrem caminho para os exercícios de racionalização e abstração, abandonando os invólucros do sensorial e do mágico. Vilas e cidades coloniais dos séculos XVI e XVII trazem estes cruzamentos dentro de si.

O método

O recurso à iconografia oferece um suporte fundamental dos trabalhos de investigação das vilas e cidades coloniais. Longe de entender a imagem como mera ilustração ou fonte secundária aos textos e sem tentar fazer da iconografia a "prova" de um determinado fato histórico, esta fonte pode ser utilizada, sem esquecer seu estatuto de obra de arte, que guarda um valor em si mesma como manifestação de uma determinada sensibilidade, as vezes possível de ser expandida para o imaginário coletivo, às vezes reservada ao exercício de apreensão privada de um indivíduo. Responsáveis pela produção de um registro altamente expressivo sobre a cultura da região nordestina, destaca-se a produção holandesa, que possibilita ampliar as referências estéticas para além do quadro italiano, alcançando a experiência artística fundamental dos Países Baixos, que por sua vez, muito repercutiu em Portugal.²⁹

Além das fontes iconográficas, surge como ferramenta essencial a visita às localidades de estudo. Entendendo que as cidades são objetos vivos, é importante perseguir traços do passado colonial sem fechar os olhos para o presente, para a forma como os habitantes dos lugares vivem, como continuam a reproduzir ou como negam alguns dos fatos do passado. O ato de viajar, envolve um esforço de distanciamento do cotidiano, que, ao mesmo tempo, evoca o sensorial que se pretende ferramenta de apreensão da memória da colônia. Como as cidades estão vivas, visitá-las abre um leque de múltiplas temporalidades. Compreendendo o tempo como algo denso, possível de organizar-se em camadas, torna-se mais fácil também entender o espaço na sua complexidade.

Ao buscar as fontes de entendimento do processo de ocupação territorial ainda em Portugal, cabe não se desconsiderar o papel dos nativos e dos africanos no processo de produção do lugar urbano. Sabendo-se da dificuldade em encontrar seus dados nos registros de época, porém não se pode fazer *tabula rasa* das condições

²⁹ Ver o prefácio de André Chastel em *Les enluminures de la Lettura Nova, 1504-1552*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

encontradas nas novas terras pelos portugueses. Algumas pistas podem ser encontradas, por exemplo, na toponímia de povoados, vilas e cidades, que evidenciam alguns pactos étnicos. Nossa Senhora da Assunção de Camamu, São José do Mipibu, Nossa Senhora da Ribeira do Acaraú, graciosamente casam os nomes da devoção portuguesa e as palavras com que os nativos denominavam a geografia das terras. Por estes nomes indígenas certamente fluíram formas, mitos, histórias relacionadas com determinadas porções da terra, que, somados aos valores e conteúdos do imaginário ligados à hagiografia, sugerem complexos mitos de fundação para estes lugares.

Finalmente, ao perseguir os diversos vetores culturais presentes neste momento na colônia, a organização de vilas e cidades sugere-se que esta organização toma o contorno de nebulosas urbanas, grandes redes onde os interesses econômicos, políticos e sociais se cruzavam, não esquecendo que as malhas destes contatos corriam por sobre a geografia das terras. Assim, os territórios que se apresentavam em três faixas – “a marinha, a mata e o sertão que lhe ficava ao fundo”,³⁰ eram nesta ordem enfrentados, para, contra a força da natureza, surgisse a cidade.

Assim, ao traçar uma história da paisagem, faz-se necessário compreender como a cena vegetal vai sendo domada para que surja a cidade, como são negociados os limites com a natureza e como aproximam-se as vivências concretas e imaginárias das várias etnias. Considerando-se que as palavras paisagem e país compartilham um mesmo berço etimológico, cabe reunir argumentos sobre como o período da Colônia sedimenta, através de uma postura com relação ao edificado e ao natural, uma idéia de identidade. Entre a metáfora do semeador e do ladrilhador, há uma experiência de “ser brasileiro” sendo gestada nestes núcleos antigos. Está em formação de uma mentalidade relativa ao território, que passa pela destruição da mata para fazer valer a civilização. Vários sinais evidenciam que a idéia de Paraíso continua sendo nutrida, mesmo quando o lugar do mito é atacado pelo machado e pelo fogo. Na terra limpa onde surgem as vilas e cidades coloniais brasileiras, dormem, em uma espécie de letargia, os mitos da floresta desaparecida.

³⁰ ABREU, Op. Cit. 1960, p. 94.